

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Delto de São Paulo Class.: 211

Data: 08/02/90 Pg.: A-12

## Decreto de Sarney mina plano ambiental em RO

**RICARDO ARNT**  
Da Reportagem Local

Um empréstimo de US\$ 220 milhões (NCz\$ 4,4 bilhões no câmbio oficial) do Banco Mundial destinado ao Projeto de Manejo de Recursos Naturais de Rondônia está ameaçado de suspensão desde o dia 31 de janeiro passado. A situação foi provocada pelo decreto 98.894, baixado pelo presidente José Sarney, que revoga o decreto que criou a área indígena uru-eu-wau-wau, no oeste de Rondônia, em 1985.

O projeto visa a continuação e a reforma ambiental do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste (Polonoroeste). Uma coligação de 36 grupos ambientalistas, no Brasil e no exterior, considera a medida uma demonstração do desapareço do governo brasileiro pelos índios e pelos problemas ambientais da Amazônia.

A reserva dos uru-eu-wau-wau foi a primeira área de índios arredios demarcada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) no Brasil e a única que também é reserva ambiental. Dos seus 18 mil km<sup>2</sup>, 7,5 mil km<sup>2</sup> integram o Parque Nacional de Picaas Novas. Em 1985, sensibilizado com o impacto da estrada BR-364 sobre o meio ambiente e a população do local, o Banco Mundial suspendeu os desembolsos para o programa Polonoroeste. Para proteger os 1,2 mil índios na mira da frente de expansão, o governo brasileiro criou a reserva dos uru-eu-wau-wau. Foi a primeira vitória dos movimentos ambientalistas, no Brasil e no exterior, sobre o Banco Mundial e o governo brasileiro. A reserva é um tótem.

O decreto do presidente, que preserva integralmente o Parque de Picaas Novas e determina o

“reestudo dos limites” da área indígena, intrigou os observadores. Baixado em final de governo, a medida mina a negociação do Projeto de Manejo de Recursos Naturais de Rondônia, no momento em que as organizações ambientalistas questionam a credibilidade do governo brasileiro, que não cumpriu os compromissos de 1980 do Polonoroeste. Prejudica, também, os interesses do governador Jerônimo Santana, de Rondônia, empenhado nas eleições deste ano. Quinze agências, instituições e secretarias de governo seriam beneficiadas com recursos do projeto. Aparentemente, o ato presidencial atende apenas a políticos e empresários do oeste de Rondônia que querem explorar cassiterita e madeira nas terras indígenas.

O Projeto de Manejo de Recursos Naturais de Rondônia é a versão final do plano conhecido como Planaflo, que começou a ser discutido em 1986. Visa reorientar a ocupação desordenada que, em 20 anos, ceifou 42 mil km<sup>2</sup> de florestas em Rondônia (17% do Estado), e inchou a periferia de Porto Velho com favelas de ex-colonos. O banco cedeu às críticas.

Baseado no zoneamento agroecológico que vem sendo realizado em Rondônia desde 1987, o projeto prevê a divisão das terras do Estado em seis zonas: duas para desenvolvimento agrícola, três para extrativismo e preservação florestal, e uma para reservas indígenas. O plano estimula a exploração de culturas perenes e auto-sustentáveis, amplia o crédito agrícola aos colonos e desenvolve a infra-estrutura de transporte. Beneficia, no papel, 2 mil seringueiros, 4 mil índios e 52 mil famílias de colonos. Cria 32 mil km<sup>2</sup> de reservas extrativistas.

### Para Funai, colonos pressionam

Da Reportagem Local

Não foi a Funai quem pediu a redefinição dos limites da área uru-eu-wau-wau, segundo o superintendente interino em Brasília, Glauco Chaves. “Esse movimento não nasceu hoje. Há muito tempo há interesses latentes no Estado de Rondônia para diminuir a área. A Funai não tomou essa iniciativa”, afirma. Segundo ele, os colonos instalados na localidade de Burareiro, no interior da reserva, antes da sua demarcação, em 1985, são uma fonte permanente de pressão. Há 104 lotes de terra dentro da área indígena registrados no cartório de Ariquemes.

“Pode ser que a área perca

essa parte, mas eu acho que não se pode ir além. Há índios arredios na região, sob impacto direto da sociedade envolvente, que precisam ser protegidos. Quem quer diminuir não se contenta apenas com a região de Burareiro”, disse.

O presidente da fundação, Íris Pedro de Oliveira, esteve em janeiro discutindo no Banco Mundial, em Washington, o Projeto de Manejo de Recursos Naturais de Rondônia. “Ele tratou dos problemas indígenas do projeto como um todo. Mas não sei se tocou, especificamente, o problema uru-eu-wau-wau”, disse Chaves. Procurado anteontem, Oliveira não atendeu a Folha. (RA)

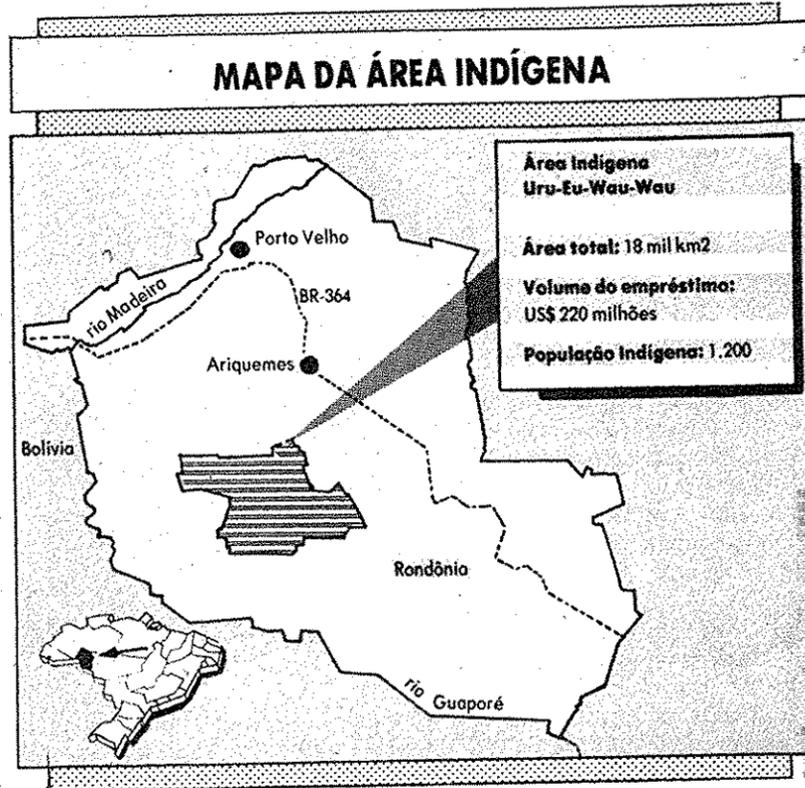
## Ato determina reconhecimento da área em 90 dias

Da Reportagem Local

O ato do Poder Executivo que revogou o decreto de criação do território indígena uru-eu-wau-wau determina que o novo reconhecimento da área, em 90 dias, “obedecerá ao disposto no decreto 94.945, de 22 de setembro de 1987”. O artigo sétimo desse decreto, entretanto, determina: “Enquanto não forem concluídos os trabalhos de demarcação da totalidade das terras indígenas, não serão objeto de exame as propostas de alteração de limites de áreas já demarcadas”. Ou seja, ao pé da letra, o decreto presidencial é incongruente. A área indígena dos uru-eu-wau-wau já estava demarcada no Serviço de Patrimônio da União,

mas jamais foi homologada.

“A alegação de que o governo de Rondônia e a atual administração federal estão comprometidas com o plano de zoneamento agroecológico do Estado e com a preservação ambiental e indígena deve ser reavaliada à luz desse desdobramento chocante. Acreditamos que a aprovação do Projeto de Manejo de Recursos Naturais de Rondônia pelo Banco Mundial, nessas circunstâncias, comprometeria totalmente os objetivos do plano”, afirmam seis grupos ambientalistas norte-americanos em carta enviada no último dia 2 ao diretor-executivo do banco, E. Patrick Coady. A reunião da diretoria do Banco Mundial para aprovar o projeto está marcada para o próximo dia



27, em Washington (EUA).

Dos 18 mil km<sup>2</sup> da reserva, apenas 2 mil são agriculturáveis. A área é montanhosa e os terrenos pedregosos. Trata-se, entretanto, do centro nervoso da bacia hidrográfica de Rondônia. As serras da região são um foco de captação de chuvas e de nascentes dos principais rios do Estado, como o Jaciparaná, Jiparaná, Jamari, Candeias, Cautário e São Miguel, e inclusive de formadores do Amazonas, como o Guaporé e Madeira. “Desmatar essas nascentes seria um crime de vastas consequências ecológicas. Aliás, o Código Florestal Brasileiro proíbe desmatamento em nascentes e em beira de rio”, afirma o antropólogo paulista Mauro Leonel, 42, do Instituto de Antropo-

logia e Meio Ambiente, que participou da equipe da Funai que contactou os uru-eu-wau-wau em 1985.

Os índios estão sofrendo, em menor escala, uma experiência similar à dos ianomami, em Roraima. Além do interesse pela madeira da reserva, há 600 colonos instalados e 500 garimpeiros na área, procurando cassiterita e ouro. Empresas mineradoras também querem entrar. O deputado estadual Moisés Bennesbey (sem partido-RO) e o empresário Manoel Lucinho reivindicam a posse de seringais dentro da reserva. Segundo Leonel, pelo menos 160 índios morreram nos últimos três anos, vítimas de doenças e choques com os brancos. (RA)